



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2019/TCMPA, de 25 de junho de 2019.

EMENTA: *DISPÕE SOBRE O CADASTRO ÚNICO DE UNIDADES GESTORAS, AUTORIDADES E USUÁRIOS PARA ACESSO ELETRÔNICO AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II da Lei Complementar nº 109, de 29 de dezembro de 2016 e art. 2º, II do Regimento Interno deste Tribunal, de 19 de maio de 2017**, por intermédio desta Resolução, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a máxima eficiência das ferramentas de acompanhamento e fiscalização instituídas pela **Resolução nº 11.535/2015, alterada pelas Resoluções nº 11.832/2015, 29 e 43 de 2017, Resolução nº 11.536/2015 e Resolução Administrativa nº 04/2018**, baseadas em sistemas informatizados, com inequívoco aumento na qualidade, produtividade e uniformização das ações de orientação e Controle Externo desta Corte de Contas.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O acesso eletrônico aos sistemas informatizados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), conforme previsto na **Resolução nº 11.536/TCMPA**, de 01 de julho de 2014, dar-se-á após o registro no **Cadastro Único do TCMPA (UNICAD)** e confirmação, na forma definida nesta Resolução.

CAPÍTULO II
DO CADASTRO ÚNICO

Art. 2º. O **UNICAD** é o sistema que permite centralizar, automatizar e auditar todas as concessões de acesso aos outros sistemas informatizados do **TCMPA** em um único repositório central de usuários.

§ 1º. O **UNICAD** é a base para o controle de acesso aos sistemas informatizados do **TCMPA** e contém informações qualificadas a respeito das Unidades Gestoras, bem como em relação aos respectivos Ordenadores de despesa, às autoridades e aos usuários designados.

§ 2º. O **UNICAD** contempla o credenciamento, alteração, renovação e o descredenciamento das Unidades Gestoras, das autoridades e usuários cadastrados.

§ 3º. O acesso ao **UNICAD** pelas Unidades Gestoras será realizado, exclusivamente, com o uso de certificação digital de pessoa jurídica (e-CNPJ), emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas brasileira (ICP-Brasil), na forma de Lei específica.

§ 4º. Cada certificado e-CNPJ será vinculado a uma única Unidade Gestora ativa no **UNICAD**.

§ 5º. O **UNICAD** está disponível no link “Portal do Jurisdicionado”, no site www.tcm.pa.gov.br.

Art. 3º. Para fins desta **Resolução Administrativa** define-se como:

I - Representante Legal das Unidades Gestoras: Os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e os Responsáveis pelos Órgãos e Entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal;



II - Ordenador de Despesa: Qualquer autoridade dos Poderes Executivos e Legislativo Municipal de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos municipais ou pelos quais legalmente responda;

III – Ordenador de Despesa Sucedido: Ordenador de Despesa que teve seu vínculo com a Unidade Gestora Municipal terminado por qualquer hipótese, tendo sido seu cadastro inativado no **UNICAD**;

IV – Autoridade: Pessoa designada para assinar eletronicamente os documentos protocolados nos sistemas informatizados do **TCMPA**, incluindo os Chefes dos Poderes Executivos e Legislativo Municipal, os Ordenadores de Despesa das Unidades Gestoras, os Presidentes das Comissões Permanentes Licitação (CPL), Pregoeiros, os Assessores Jurídicos, os Contadores, os Chefes dos Controles Internos municipais e outros legalmente constituídos;

V – Usuário: Pessoa designada para desempenhar as atividades específicas de preparação e envio dos documentos protocolados nos sistemas informatizados do **TCMPA**;

VI – Unidade Gestora: Órgão e Entidade dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização, que em razão disso deve prestar contas ao **TCMPA**;

VII – Unidade Orçamentária: Órgão da Administração Direta, inclusive Fundo de natureza contábil, que o orçamento do Poder Executivo Municipal consignou dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição;

VIII – Credenciamento: Inclusão de nova unidade Gestora no **UNICAD**;

IX - Alteração: Registro no **UNICAD** de alterações e atualizações ocorridas nos dados da Unidade Gestora, das autoridades, com exceção das informações sobre início e término de vigência, do mandato dos Representantes Legais das Unidades Gestoras, e usuários;

X – Renovação: Confirmação de dados cadastrais da Unidade Gestora e das autoridades, anteriormente já cadastrados, realizada anualmente, no início de cada exercício, sendo preservada a sua continuidade administrativa e mantendo as mesmas atribuições;

XI – Descredenciamento: Alteração da situação da Unidade Gestora de ativa para inativa no **UNICAD**, tornando-a desobrigada da remessa de prestação de contas a partir do respectivo exercício.

CAPÍTULO III **DO CREDENCIAMENTO DE NOVAS UNIDADES**

Art. 4º. O credenciamento de nova Unidade Gestora dar-se-á exclusivamente por meio do **UNICAD** e será solicitado pelo Representante Legal de cada Poder, com a utilização do e-CNPJ respectivo, mediante a inserção, no sistema, do ato legal de criação da Unidade Gestora, no formato PDF e devidamente assinado digitalmente com o e-CNPJ do respectivo Poder.

§ 1º. A efetivação do credenciamento dependerá da manifestação, no próprio **UNICAD**, da Controladoria vinculada ao Conselheiro relator, responsável pelo julgamento das contas no exercício, após o afastamento de inconsistências ou divergências.

§ 2º. Após manifestação da Controladoria responsável, a **Diretoria de Tecnologia de Informação – DTI** validará a solicitação de credenciamento no sistema.

§ 3º. O Ordenador de Despesa da nova Unidade Gestora, com o uso do certificado digital do órgão (e-CNPJ), efetuará o cadastro das demais autoridades e usuários.

Art. 5º. O credenciamento de nova Unidade Orçamentária dar-se-á exclusivamente por meio do **UNICAD** e será realizado pelo Representante Legal de cada Poder, com a utilização do e-CNPJ da Unidade Gestora a qual ficará vinculada.



CAPÍTULO IV **DO CADASTRO DAS AUTORIDADES E USUÁRIOS**

Art. 6º. As autoridades serão cadastradas no **UNICAD** pelo Representante Legal das Unidades Gestoras, por meio do respectivo e-CNPJ.

§ 1º. O cadastro das autoridades somente se efetivará após a confirmação, no **UNICAD**, dos dados pessoais e profissionais pela própria autoridade, por meio do seu certificado digital (e-CPF), passando a assumir o status de “ativo”.

§ 2º. A ativação do status da autoridade por meio do seu certificado digital (e-CPF) importa no acesso ao Sistema de Processo Eletrônico – SPE (tramitação) e adesão à tramitação eletrônica do processo de prestação de contas, na forma do Regimento Interno deste Tribunal.

§ 3º. O cadastro das autoridades, bem como a posterior confirmação prevista § 1º deste artigo, deverão ser novamente realizados no início de cada exercício, mesmo nos casos em que não haja alteração das informações.

§ 4º. A alteração das autoridades durante o exercício é de responsabilidade exclusiva do Representante Legal das Unidades Gestoras, por meio do respectivo e-CNPJ, que deverá mudar o status da autoridade anterior para “inativa” para impedir o acesso aos sistemas internos do **TCMPA**.

§ 5º. No caso de atualização dos dados pessoais da autoridade, a alteração será realizada pela própria autoridade com o uso do seu certificado digital.

Art. 7º. Os usuários dos sistemas internos do **TCMPA** serão cadastrados no **UNICAD** pelo Representante Legal das Unidades Gestoras, por meio do respectivo e-CNPJ, assumindo o status de “ativo” independentemente de confirmação posterior por meio do seu certificado do usuário designado.

§ 1º. A alteração dos usuários é de responsabilidade exclusiva do Representante Legal das Unidades Gestoras que deverá mudar o status do usuário anterior para “inativo” para impedir o acesso aos sistemas internos do **TCMPA**.

CAPÍTULO V **DA ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRADOS**

Art. 8º. No caso de alterações, no decorrer do exercício, nos dados da Unidade Gestora, o Representante Legal de cada Unidade Gestora tem a obrigação de realizar, imediatamente, a alteração das informações no **UNICAD**, com a utilização do e-CNPJ respectivo.

Parágrafo único. O Representante Legal de cada Unidade Gestora também é obrigado a realizar as alterações das autoridades e usuários na forma do Capítulo IV, desta Resolução.

Art. 9º. No caso de erro de preenchimento das datas de início e término de vigência do mandato dos Representantes Legais das Unidades Gestoras, das autoridades, a alteração deve ser solicitada por escrito pela própria autoridade, com a indicação do erro e acompanhada dos respectivos termos de posse e exoneração, e será submetida à aprovação da Controladoria e, posteriormente, efetivada pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

CAPÍTULO VI **DA RENOVAÇÃO DAS UNIDADES EXISTENTES**

Art. 10. Ao início de cada exercício, o Representante Legal de cada Poder deverá renovar, por meio do seu e-CNPJ, os dados cadastrais das suas Unidades Gestoras e Orçamentárias existentes no **UNICAD**, realizando os ajustes necessários ou confirmando os dados quando não houver alteração.

§ 1º. Os Representantes Legais, por meio dos seus e-CNPJ, deverão definir e vincular as unidades Gestoras e Orçamentárias ativas no exercício.



§ 2º. A não renovação dos dados cadastrais determinará automaticamente a inatividade da Unidade Gestora, impossibilitando o envio e tramitação de quaisquer documentos ou comunicação de atos nos sistemas informatizados do **TCMPA** no exercício.

§ 3º. Após a renovação prevista no caput deste artigo, os Representantes Legais das Unidades Gestoras, por meio dos seus e-CNPJ, deverão realizar novo cadastro das Autoridades, na forma do Capítulo IV, dispensando-se a renovação do cadastro dos usuários, exceto nos casos fixados do Capítulo V, ambos desta Resolução.

CAPÍTULO VII

DO DESCREDECIMENTO DAS UNIDADES GESTORAS EXISTENTES

Art. 11. O descredenciamento de Unidades Gestoras existentes no **UNICAD** para fins de acesso aos sistemas informatizados, deverá ser realizado pelo Representante Legal de cada Poder.

§ 1º. O descredenciamento dar-se-á exclusivamente por meio do **UNICAD**, com a utilização do e-CNPJ do respectivo Poder, sendo obrigatória a inserção no sistema do ato legal que determinou o descredenciamento do órgão, no formato de PDF.

§ 2º. O descredenciamento de Unidade Gestora somente ocorrerá se a mesma estiver ativa no **UNICAD** no exercício corrente.

§ 3º. O descredenciamento de Unidades Gestoras relativo a exercícios anteriores será efetivado pela **Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI**, mediante solicitação, por escrito, do Representante Legal de cada Poder, após concordância da Controladoria a qual o município e seus órgãos estão vinculados, ou por solicitação, de ofício, da Controladoria.

§ 4º. As Unidades Gestoras Prefeitura, Câmara Municipal e Fundo Constitucional não poderão ser extintas pelos Representantes Legais dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

§ 5º. A Unidade Gestora deverá prestar contas das competências legais em que o período inicial for anterior à data do seu descredenciamento no **UNICAD**.

CAPÍTULO VIII

DO CREDENCIAMENTO DE ORDENADORES DE DESPESA SUCEDIDOS

Art. 12. O Ordenador de Despesa Sucedido que não foi devidamente cadastrado no **UNICAD** deverá solicitar o cadastramento, por escrito, com indicação do nome completo, cadastro de pessoa física – CPF, endereço completo, Município, Unidade Gestora e período de ordenação, devidamente instruído com cópia do CPF e Termo de Nomeação e Exoneração.

§ 1º. O cadastro mencionado no caput deste artigo será efetivado pela **Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI**, após concordância da Controladoria responsável pela análise das contas da unidade gestora/Município, a época do período de ordenação.

§ 2º. O Ordenador de Despesa Sucedido somente poderá acessar os dados dos sistemas informatizados do **TCMPA** relativos à Unidade Gestora e ao período em que esteve ativo no **UNICAD**.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A qualquer tempo, uma vez identificada inconsistência nos dados cadastrais ou existência de ato de extinção da Unidade Gestora, o Conselheiro Relator ou, por delegação, a Controladoria a ele vinculada, considerará a Unidade Gestora como “inativa” no **UNICAD**, o que será operacionalizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação.



Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do **TCMPA**.

Art. 15. Revoga-se expressamente a **Resolução Administrativa nº 27/2016/TCMPA**.

Art. 16. Esta **Resolução Administrativa** entra em **vigor** em **27 de junho de 2019**.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios, em **25 de junho de 2019**.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Presidente/TCMPA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira/Ouvidora/TCMPA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro Substituto/TCMPA